

O Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul e o Estado: reflexões sobre a institucionalização de interesses e a intervenção econômica na crise da Primeira República

Lauro Allan Almeida Duvoisin

Introdução

Este trabalho pretende, a partir de uma pesquisa ainda em andamento, lançar uma interpretação com base nas reflexões de Antonio Gramsci¹ para o estudo de um evento particular na história do Rio Grande do Sul na Primeira República. É um texto com um caráter de ensaio, pois nem todas as hipóteses levantadas podem ser amplamente comprovadas no momento. De algumas delas apenas temos indicações. Buscaremos entender as tensões e negociações entre os grupos agrários gaúchos e as suas repercussões para a configuração do poder e do Estado num período de crescentes incertezas no quadro nacional. Para isso, vamos analisar a criação do *Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul*, em meados de 1926. Este sindicato era um órgão de representação dos produtores de arroz do estado, fundado com o objetivo de valorizar o produto numa fase de depreciação dos preços no mercado nacional e estrangeiro. Os agentes envolvidos tinham como estratégia de ação a centralização das vendas, a tipificação dos grãos, o rebaixamento nos custos de produção e a divulgação de informações aos produtores a fim de melhorar os termos de troca e enfrentar os concorrentes.

Embora todos os indivíduos envolvidos tivessem em comum o fato de serem produtores e comerciantes de arroz, muitos aspectos diferenciava-os, colocando-os por vezes em campos opostos nas decisões econômicas e políticas. O objetivo desse estudo é justamente compreender os conflitos e acordos travados por grupos diferenciados na tentativa de união para a solução de problemas imediatos. Os fundamentos dos projetos em disputa e dos posicionamentos de seus representantes terão como ponto de partida a maneira como a classe dominante regional conformou-se historicamente e geograficamente no Rio Grande do Sul e as formas como buscou organizar-se.

A classe dominante gaúcha não era nem homogênea nem monolítica no período em questão. As diferentes frações que a compunham caracterizavam-se por atividades econômicas, origens regionais e projetos específicos, bem como por formas de participação e inserção diferenciadas no Estado. Tendo isto em vista, é necessário levarmos em conta a estruturação econômica, as tradições políticas e o desenvolvimento histórico do estado sulino para apreender

¹ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1988; GRAMSCI, Antonio. *A concepção dialética da história*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. civilização brasileira, 1988.

o surgimento dessas frações, que são elas próprias históricas. A perspectiva adotada evita, portanto, a eleição de critérios aleatórios para a análise de uma determinada realidade, como por exemplo, considerar unicamente a atividade econômica desenvolvida por um grupo para defini-lo como fração, sem uma maior reflexão sobre a questão. Se assim fosse, tomaríamos os rizicultores como uma unidade, sem muitas ponderações. Mas por razões que serão explicadas adiante, isso não é verificado.

O Estado, na perspectiva adotada, não se atém ao aparelho ou à máquina estatal, num sentido estrito. A noção que utilizaremos remete à proposição gramsciana de Estado Ampliado, onde este emerge como a unidade dialética de sociedade civil e sociedade política e como um *locus* estratégico para a organização dos grupos em disputa. Esse arranjo é fruto de uma determinada correlação de forças entre eles no âmbito da sociedade civil, que se concretiza através da inserção de indivíduos representativos de seus interesses em órgãos e agências formuladoras de políticas gerais e setoriais. Tal abordagem permite compreender como são articuladas as demandas e os projetos das frações em luta, imprimindo e institucionalizando determinadas formas de atuação do aparelho estatal.

Como tratamos aqui de um caso regional, é importante avaliarmos a maneira pela qual o Rio Grande do Sul participava do desenvolvimento nacional e os vínculos econômicos e políticos que ele tinha com as demais regiões. Quanto a isso, constata-se o caráter dependente e subsidiário da economia gaúcha frente aos maiores centros dominante do sudeste. Um dos fatores que garantia a inserção subordinada do estado meridional era a ausência de controle sobre o comércio de cabotagem, nas mãos de poucas casas comerciais localizadas na Praça do Rio de Janeiro.

Em 1930, o governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, ressaltava a necessidade de superar-se ainda o problema dos transportes no estado.

A questão dos fretes marítimos constitui sério problema para a produção rio-grandense. A nossa exportação para os portos nacionais encontra o maior embaraço no “trust” formado pelas companhias de navegação de cabotagem. Se não derem resultados as negociações da Associação Comercial desta capital com a Comissão de Tarifas, a administração pública terá de auxiliar qualquer empresa de navegação que se organize, cobrando fretes menos onerosos.²

O mais importante produto estadual de exportação, o charque, tinha no mercado nacional o seu principal consumidor, mas o preço era submetido aos interesses dos intermediários. O circuito de financiamento da produção, da mesma forma, acabava dependendo da relação com comerciantes que concediam crédito a seus fornecedores. Como afirma Perissinoto

² *Mensagem enviada à Assembléia dos Representantes do Rio Grande do Sul pelo presidente Getúlio Vargas. 1930. p.11. (Biblioteca do Solar dos Câmaras do Rio Grande do Sul)*
Texto discutido em 27/09/2008

Consultando a bibliografia sobre a atividade produtiva de outros estados do país, pudemos perceber que em todos eles vigorava a produção agrária. Mais ainda, em todos eles vigorava uma produção agrária subordinada a um capital mercantil. Essa relação de dominação entre o capital produtivo agrário e o capital comercial se deu em todo o país, em todas as regiões economicamente ativas, voltadas ou não para a exportação.³

Esta é uma questão fundamental para o caso em estudo, uma vez que a principal meta do *Sindicato Arrozeiro* era o controle comercial de seu próprio produto, na tentativa de romper com o oligopólio da cabotagem e do financiamento produtivo. Uma das reivindicações neste sentido era a de fundar-se um banco estadual de crédito rural que pudesse financiar a rizicultura.

Ainda que inserido de forma subordinada no âmbito da circulação de mercadorias, o estado rio-grandense era uma das regiões de maior desenvolvimento geral, sendo considerada uma economia de segunda ordem no quadro nacional. Tanto no que se refere à produção agropastoril, quanto aos artigos manufaturados, o Rio Grande do Sul sobressaía-se como um dos principais fornecedores. Segundo Joseph Love, a sua posição no quadro nacional tinha uma tendência de melhora, pois “embora São Paulo e Minas liderassem a federação brasileira em produção, há indicações de que o Rio Grande estava saltando à frente de Minas nos anos 20”.⁴

Do ponto de vista político, a participação dos gaúchos também era considerada um elemento chave para a manutenção da estabilidade e da ordem republicana. O estado rio-grandense é considerado um fator de ameaça quando em conflito com a tendência hegemônica no país.

Esta caracterização é necessária para um dimensionamento mais preciso das questões adiante desenvolvidas.

1. A classe dominante e o Estado na historiografia rio-grandense

Neste capítulo vamos expor alguns elementos sobre a formação histórica, econômica e territorial rio-grandense que serão importantes para o entendimento do objeto de análise. Para isso, daremos atenção às clivagens regionais internas postas no período da Primeira República e à caracterização do Estado feita até então pela historiografia.

Os traços regionais na formação sócio-econômica no Brasil ganham importância com o surgimento da República em 1889. Ao findar o II Império, uma determinada forma de organização do poder, marcada pela centralização, era substituída por outra, de caráter federalista. Essa mudança teve decorrências importantes na configuração do Estado e das

³ PERISSINOTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: editora da Unicamp, 1994. p.227.

⁴ LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975. p.137.
Texto discutido em 27/09/2008

diversas frações regionais que compunham a classe dominante brasileira, pois a descentralização tendia a equalizar o peso e a forma de participação de cada oligarquia estadual no poder.

Apesar de o sistema federativo resolver algumas questões de âmbito geral, os arranjos que cada estado em particular iria gestar para a sua configuração interna não eram dados *a priori* por um aceite da nova forma de governo. Aliás, uma das questões centrais no início do novo regime era exatamente a gestão dos conflitos regionais, forçando o governo a arquitetar uma solução política para a manutenção de um mínimo consenso nacional. A saída para o problema foi encontrada pelo presidente Campos Sales em negociação com as lideranças estaduais. Frente ao necessário consenso para o saneamento das contas públicas, o presidente estabeleceu um acordo definindo o apoio mútuo e a não intervenção entre as esferas estadual e federal. Este mecanismo ficou conhecido como “política dos governadores” e uma de suas conseqüências foi a institucionalização de um considerável grau de autonomia política para os estados. Em razão disto, no estudo da Primeira República torna-se fundamental levar em conta os aspectos locais para o entendimento do papel desempenhado por cada estado no quadro nacional. Começaremos, por isso, analisando alguns traços da formação sócio-econômica gaúcha.

A criação de gado bovino e a manufatura do charque eram, durante o século XIX, as principais atividades econômicas do Rio Grande do Sul. A pecuária, que empregava métodos extensivos e baseava-se na grande propriedade territorial, desenvolveu-se na região denominada Campanha, na parte sudoeste do estado, ao longo da fronteira com o Uruguai. O charque, produto final do ciclo produtivo, era produzido em unidades especializadas empregando a mão-de-obra escrava em larga escala. Pela sua importância econômica, o charque propiciou o surgimento de uma aristocracia regional, especialmente na cidade de Pelotas, a mais rica do Rio Grande na época.

Os setores de criação e manufatura da carne tinham diferenças importantes. Como grande parte da atividade era realizada ao longo da fronteira, os rebanhos dos luso-brasileiros avançaram o território uruguaio sendo acompanhado pela apropriação de terras, o que estendeu os interesses deste grupo para além fronteira. Os estancieiros, assim, podiam vender o gado tanto para os charqueadores rio-grandenses quanto para os uruguaios, favorecendo-se do contrabando fácil na região. O porto de Montevideo passou a ter importância estratégica para eles.

Já para os charqueadores, embora a abundância de gado fosse satisfatória, tornava-se cada vez mais difícil competir com os saladeiros uruguaios, principalmente após o término da escravidão no Brasil. O Uruguai ainda era favorecido por um sistema ferroviário mais desenvolvido, facilitando o transporte para o porto de Montevideo, de onde o charque era posteriormente revendido para o Brasil.

Ao longo do século XIX outras zonas do Rio Grande do Sul começaram a se desenvolver rapidamente, apontando uma mudança na composição social e no eixo dinâmico da economia regional. Desde a promulgação da Lei de Terras em 1850 alguns estancieiros buscaram ocupar a porção territorial conhecida como Serra (centro-norte do estado). Ali também implantou-se a criação extensiva de gado, mas em condições materiais menos favoráveis. Os transportes e as vias de acesso eram precários e as lideranças da região reclamavam da falta de atenção por parte das autoridades Imperiais. Melhores condições naturais também favoreciam a parte sul do estado, que conseguia manter vantagens na concorrência com a Serra.

No norte do Rio Grande do Sul, por sua vez, desde 1824 chegavam levas de imigrantes europeus, com o objetivo de ocupar as zonas florestais, desenvolver culturas de subsistência e servir de contingente militar nas batalhas contra as repúblicas platinas. A experiência teria resultados duradouros, desencadeando uma série de conseqüências importantes para a configuração da economia local.

Diferentemente da região da Campanha, na Zona Colonial predominou o minifúndio e a diversificação produtiva, inicialmente voltada para a subsistência e ao longo do tempo destacando-se também como fornecedora de produtos alimentícios para o abastecendo dos centros urbanos mais próximos, principalmente da cidade de Porto Alegre. O incremento da produção agrícola e animal, o surgimento de manufaturas e casas comerciais enriqueceram um pequeno grupo de intermediários que controlava o trânsito das mercadorias entre os diversos municípios coloniais. Muitos desses comerciantes iriam abrir filiais em Porto Alegre a fim de lidar com o ramo de importação e exportação e investir na indústria da capital, transformando-se no que Sandra Pesavento denominou de uma incipiente “burguesia gaúcha”.⁵

A formação diferenciada dessas micro-regiões no Rio Grande do Sul, tem sido motivo de polêmica na historiografia. Alguns autores enfatizam a independência dos processos locais e a disparidade no ritmo de desenvolvimento entre a Campanha, a Colônia e a Serra. Outros têm sido mais cautelosos, percebendo uma complementaridade econômica entre essas zonas diferenciadas.

Paul Singer, analisando os contrastes na formação rio-grandense concluiu que existiam ali duas sociedades praticamente sem contato. Ele dizia que

A dicotomia entre a sociedade de criadores do sul e de lavradores do centro e do norte permeia a história do Rio Grande do Sul durante dois séculos, isto é, de meados do século XVIII até quase o presente. É mister compreendê-la bem. Ela resulta em primeiro

⁵ PESAVENTO, Sandra. *A Burguesia Gaúcha. Dominação do capital e disciplina do trabalho 1889-1930*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
Texto discutido em 27/09/2008

lugar do fato de duas sociedades diferentes existirem lado a lado, sem quase nenhuma interligação econômica.⁶

Pedro Dutra Fonseca inclui-se dentre os que percebem a existência de uma dicotomia negativa. Fonseca talvez tenha sido o pesquisador que foi mais longe nesta leitura, vendo na divisão norte-sul o fundamento dos conflitos políticos no estado. Ao analisar a Revolução Federalista e a Revolução de 1923, ele notou que a raiz mais profunda da insatisfação da oposição federalista era a perda da hegemonia ao nível econômica para as regiões setentrionais do estado. Como ele, Joseph Love também atribui um peso considerável à questão regional na sua análise, percebendo que com a proclamação da república houve uma transformação nas alianças. O Litoral, onde se localizavam as cidades comerciais mais importantes, teria rompido a sua ligação com a Campanha, e aproximava-se agora da zona colonial e serrana, levando o eixo de desenvolvimento do estado a tender para a parte norte, em detrimento do sul.⁷

TRADICIONAL DIVISÃO TERRITORIAL DO RIO GRANDE DO SUL

⁶ SINGER, Paul I. Cap. 4. Porto Alegre. IN: *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2ª ed. São Paulo: ed. Nacional, pp. 141-198, 1977. p.146.

⁷ Love, Joseph. *Op. Cit.*



Fonte: FÉLIX, Loiva O. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2ª ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 1996. Anexo 1.

Sandra Pesavento e Loiva Félix, por outro lado, observaram que não é possível estabelecer uma clivagem tão acentuada entre as regiões do estado.⁸ Pesavento, estudando a ação dos criadores e charqueadores rio-grandenses, concluiu que eles eram aquilo que se pode definir como uma classe dominante regional. Os comerciantes e manufactureiros da zona colonial, ao contrário, não haviam conseguido ainda na Primeira República formular um projeto próprio, permanecendo assim na dependência das iniciativas dos grupos mais tradicionais, tanto da Campanha quanto da Serra. Referindo-se às questões políticas do Rio Grande do Sul, a autora defende que

não se pode reduzir a complexidade do problema dos obstáculos econômicos, das insatisfações sociais e do fechamento político a uma explicação de caráter geográfico,

⁸ PESAVENTO, Sandra J. *República Velha Gaúcha: Charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980. p.26; FÉLIX, Loiva O. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2ª ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Editora da Universidade/Ufrgs, 1996.

ou seja: a campanha seria liberal e após federalista; a serra, por sua vez, geraria o republicanismo.⁹

Pesavento, portanto, critica as tentativas de sobreposição entre a divisão micro-regional e a dinâmica política do estado.

Loiva Félix, por seu turno, percebeu que o que ocorriam com as regiões eram formas de inserção diferenciadas no Estado, tendo em vista as particularidades na sua formação. As conclusões de Félix distanciam-se bastante da leitura de Pedro Fonseca.

Para um entendimento mais completo dessa discussão que tem repercussões importantes na historiografia gaúcha é importante pensarmos sobre algumas características da formação política do Estado republicano, buscando entender como, para além do predomínio econômico de certos grupos, foram articuladas as demandas e a participação dos grupos em relação ao Estado.

Uma das diferenças políticas bastante peculiares da implantação da república no Rio Grande do Sul em relação ao resto do país foi a formação de um partido republicano estadual fortemente influenciada pela ideologia positivista de Augusto Comte. A Constituição de 1891, idealizada por Julio de Castilhos, dava um contorno bastante próprio à organização política gaúcha, estabelecendo princípios de tomada de decisões e divisão de poderes que influenciaram profundamente o relacionamento entre as facções regionais e o Estado.

Pela Constituição, o governador tinha poderes para legislar por decretos, esvaziando a Assembléia Legislativa de boa parte de seu papel político. Em geral, a função dos deputados era ratificar as decisões já tomadas pelo governador, aprovar o orçamento anual e reconhecer as eleições. O regime tornava-se mais fechado uma vez que um número restrito de deputados da oposição era aceito na Assembléia. Este ponto contribuiu para a recorrente estratégia de intervenção armada tomada pelas oposições estaduais, uma vez que, no Rio Grande do Sul, era impossível a qualquer grupo dissidente derrubar o situacionismo a partir da criação de uma Assembléia paralela à oficial, como acontecia em outros estados.

O governador também tinha o poder de intervir nos municípios, vetando intendentes e lideranças locais que lhe desfavorecessem. Por outro lado, a poderosa Brigada Militar, um dos maiores contingentes armados estaduais, era utilizada para reprimir movimentos de oposição, quando necessário.

Mas o aspecto mais nítido da marcada centralização política estava expresso no acúmulo de cargos que tanto Julio de Castilhos quanto Borges de Medeiros, seu sucessor, sustentaram ao ocupar paralelamente a liderança do PRR (Partido Republicano Rio-grandense) e a direção do

⁹ *Idem.* p.26.

poder Executivo. Com estes recursos, Borges de Medeiros manteve-se no poder por 25 anos, de 1898 a 1908 e de 1913 a 1928. Entre estes anos, houve apenas um mandato em que a governança foi concedida pelo PRR à Carlos Barbosa Gonçalves, porém também com apoio de Borges.

Para Celi Pinto,¹⁰ o domínio dos positivistas revelava um projeto avançado e modernizador se comparado com os outros governos estaduais. Isto porque o domínio no molde positivista rio-grandense não baseava-se no controle dos mecanismos do coronelismo, típicos das oligarquias regionais. Ao contrário, o PRR teria se sustentado no poder através de métodos modernos, principalmente por uma estrutura partidária hierárquica, a mais bem organizada da época, e a propaganda sistemática feita por seu jornal, *A Federação*. Os positivistas, assim, puderam implantar um Estado que se colocava acima dos interesses de classe, um Estado burguês, uma vez que a própria força da ideologia e seu projeto subjacente moviam os interesses oficiais.

Alfredo Bosi, que tira conclusões similares à de Celi Pinto, considera que o predomínio de uma ideologia centralizadora e “progressista” como o positivismo é uma tendência típica de processos de modernização em zonas de desenvolvimento capitalista tardio. O autor defende que reside justamente aí a raiz do “Estado-providência” brasileiro, de viés autoritário e posto aparentemente acima da sociedade. No pequeno texto em que trata do assunto, Bosi busca analisar a política econômica oficial como a implantação de uma base tributária baseada principalmente no imposto territorial, isenções às manufaturas incipientes, investimentos nas vias transportes e portos, e incorporação do proletariado urbano. Ele conclui que:

Considerando que no Brasil a primeira experiência de centralização estatal foi augurada e parcialmente cumprida a partir da Constituição rio-grandense de 1891, pode-se afirmar que aquele modelo, vivo no Brasil de 1930 a 1964, e sobrevivente entre 64 e nossos dias, já é um ilustre centenário.¹¹

Loiva Félix, ao contrário dos demais autores, busca as permanências de elementos políticas tradicionais, criticando as visões que tendem a positivar as formas de atuação do Estado positivista. Félix acredita que existiam práticas típicas do coronelismo no Rio Grande do Sul, ainda que com particularidades locais. Para ela, assim, “na nova articulação não havia, na prática, contradição entre a centralização do PRR e a descentralização do coronelismo”.¹² A manutenção de um poder forte e centralizado na figura do governador e chefe do partido somente era possível pelo fomento da discórdia entre as lideranças municipais. O caso do Rio Grande do Sul, não seria, portanto, tão diferenciado da realidade do restante do país.

¹⁰ PINTO, Celi R. *Positivismo: um projeto político alternativo*. Porto Alegre: Pallotti, 1986.

¹¹ BOSI, Alfredo. A arqueologia do Estado-providência. In: _____. *A dialética da colonização*. 2ª ed. São Paulo: Schwarcz, 1993. pp.273-307., p.306.

¹² FÉLIX, Loiva. *Op. Cit.* p.65.

As pesquisas que trabalham mais detidamente os mecanismos de relacionamento do Estado com os grupos econômicos são escassas. Um dos poucos autores que se dedicou a analisar esses vínculos foi a Sandra Pesavento. Num trabalho já clássico da historiografia regional, *República Velha Gaúcha: charqueadas, criadores e frigoríficos*, Pesavento estudou detalhadamente a luta dos criadores de gado e charqueadores pelo melhoramento da produção e do comércio. A autora notou que a ausência de um projeto comum entre esses grupos levou o Estado a buscar o desenvolvimento geral da economia, em detrimento de privilégios setoriais.

Dentro do posicionamento positivista, o Estado não admitia privilégio de espécie alguma a qualquer setor da produção em particular. Não implicava em que o Estado deixasse de intervir na economia. Muito pelo contrário, a intervenção estatal era algo previsto e aceito, mas o governo não beneficiava diretamente um grupo social em detrimento dos outros. A forma de atuação do Estado era concebida de maneira indireta sobre os setores da economia ou diretamente sob a forma de encampação dos serviços públicos.¹³

Uma das principais hipóteses de Pesavento é a de que a unidade de projetos entre esses grupos dominantes favorecia o PRR no controle político do Rio Grande do Sul; quando, pelo contrário, os projetos eram antagônicos, os partidos de oposição ganhavam espaço e os conflitos tendiam a exacerbar-se.

Em relação especificamente ao *Sindicato Arrozeiro*, os dois autores que chegam a abordar o assunto tiram conclusões diferentes sobre o seu papel.

Para Joan Bak, o aprofundamento do associativismo nos anos 20 teria começado no último mandato de Borges de Medeiros (1923-1928), a partir do exemplo do *Sindicato Arrozeiro*. Segundo ela

O entusiasmo nos círculos comerciais foi grande, especialmente entre a nova elite comerciante-beneficiadora. O Sindicato Arrozeiro foi a primeira expressão organizacional formal e de larga escala dessa elite em ascensão, e é notável que esta organização tomou a forma preferencial de colaboração econômica antes que de facções políticas. O novo grupo empresarial formou um verdadeiro modelo para as futuras organizações econômicas, particularmente com o tipo de colaboração do Estado gozada pelo cartel do arroz.¹⁴

Günter Axt, por seu turno, entende que o modelo de dominação imposto pelo PRR era desfavorável às manifestações das demandas econômicas, já que exigia um contato pessoal com o governador por vias não oficiais:

¹³ PESAVENTO, Sandra J. *República Velha Gaúcha: Charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980. p.102.

¹⁴ BAK, Joan L. *Some antecedents of corporatism: state economic intervention and rural organization in Brazil – the case of Rio Grande do Sul, 1890-1937*. Yale University, PhD, 1977. p.114-115. (tradução minha)

No apagar das luzes do ciclo Borges de Medeiros, em 1927, o Rio Grande do Sul viveu um impressionante surto associativista, que atingiu diversos segmentos da economia. Parece lícito supor que naquele momento uma conjuntura específica favoreceu a liberação de uma demanda reprimida. (...) Os indícios sugerem que o Governo Borges de Medeiros desestimulou a organização dos segmentos de classe em associações autônomas e de alcance regional.¹⁵

Todavia, parte da polêmica decorre de um entendimento restrito do que seja o Estado e do processo através do qual ele se forma e se relaciona com os agentes da sociedade. Outro ponto frágil de alguns estudos é a tendência a confundir Estado e governo, utilizando esses termos como sinônimos. Isso acontece, em parte, pela ausência de uma reflexão aprofundada sobre a natureza do próprio Estado, utilizando-se o termo no sentido do senso comum, que o reduz à máquina pública. Outra face do problema, porém, é fruto do contexto em questão, já que no caso rio-grandense constata-se a existência de um poder centralizado na figura do governador, como já apontamos, favorecendo a confusão entre a estrutura de dominação e a liderança que a representava.

2. O Estado como espaço estratégico para a inserção econômica nacional

A modernização da produção de arroz no Rio Grande do Sul teve seu advento no princípio do século XX e o artigo passou por um notável crescimento produtivo ao longo da Primeira República.¹⁶ Tendo como principais mercados consumidores os grandes centros urbanos do país, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo¹⁷, e depois da I Guerra Mundial também os mercados *platinos*, o arroz tornou-se o principal produto agrícola na pauta de exportação do estado durante a década de 1920. Os rizicultores rio-grandenses dominavam a oferta no mercado nacional em razão da produção irrigada nas zonas planas e úmidas, produzindo uma mercadoria de alta qualidade, que contrastava com o arroz de sequeiro paulista, de tipo inferior.¹⁸

Em 1926, uma série de fatores conjugados ocasionou uma queda dos preços do produto, preocupando os principais agentes do ramo. A conjuntura pós-guerra, que reativou a exportação espanhola e italiana para o *Prata*, a grande expansão das lavouras no Rio Grande do Sul e o acirramento da concorrência inter-regional na oferta, são as causas mais citados na configuração

¹⁵ AXT, Gunter. *Gênese do Estado burocrático-burguês no Rio Grande do Sul (1889-1929)*. Tese de doutorado – USP, São Paulo, 2001. p.329

¹⁶ PEBAYLE, Raymond. Les rencontres dans les terres humides. In: _____. *Eleveurs et agriculteurs du Rio Grande do Sul (Brésil)*. Service de reproduction des theses – Université de Lille III, pp. 580-589, 1974. (tradução minha)

¹⁷ BESCOW, Paulo R. *Evolução e situação atual da economia do arroz no Rio Grande do Sul*. Piracicaba: USP, 1981. (Dissertação de mestrado em economia agrária)

¹⁸ LOVE, Joseph L.. *Op. Cit.* p. 238-239.

dessa conjuntura desfavorável. Naquele mesmo ano foi criado o *Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul*, uma agremiação formada pelos produtores e comerciantes locais no intuito explícito de centralizar a venda do produto, controlar a qualidade final e buscar alternativas para rebaixar os custos de produção.¹⁹

Neste capítulo buscaremos analisar o relacionamento entre os rizicultores e o Estado no Rio Grande do Sul, tentando localizar os problemas que levaram à “politização da economia”²⁰ por aquele setor e as propostas de solução para a crise comercial.

Historicamente, a “politização da economia”, no Rio Grande do Sul, agiu ora como causa ora como solução à radicalização política.

Um exemplo do primeiro caso pode ser encontrado nas reivindicações crescentes do setor pecuarista gaúcho no início da década de 1920. Frente às dificuldades postas pela queda dos preços do charque, pelo fechamento dos frigoríficos no estado e pela falta de crédito para financiar a produção, os criadores apelaram ao governo estadual em busca de uma solução para o problema. Inviabilizado de dar fim à imediato à crise e dependendo dos resultados pouco promissores que as negociações com o governo federal poderiam trazer, o próprio governo gaúcho se tornaria alvo das críticas de uma parte importante dos pecuaristas. Como observou Sandra Pesavento, “A forma mais radical de encarar o processo seria, finalmente, aquela configurada no fim do período, quando os ataques e críticas se dirigiram contra o poder instituído, que se demonstrava incapaz de debelar a crise”.²¹ A insatisfação crescente tornou-se matéria-prima para a mobilização dos partidos de oposição, que capitalizaram o movimento para o lançamento da candidatura de Francisco de Assis Brasil contra a reeleição de Borges de Medeiros.

Inversamente a este caso, o papel da “politização da economia” como solução para as tensões partidárias deu-se logo após à Revolução Federalista, no final do século XIX, quando multiplicaram-se as *Sociedades Agrícolas e Pastorais* em vários municípios, pregando a

¹⁹ Instituto Rio-grandense do Arroz (IRGA). Atas, relatórios de reuniões e documentos avulsos. *Ata de fundação do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul*, 12/06/1926.

²⁰ A noção de “politização da economia” é definida de maneiras diferentes por Elisa Pereira Reis e Sonia Regina de Mendonça. Segundo Elisa, a “politização da economia” é concebida como soluções de autoridade para os problemas econômicos. O exemplo utilizado por ela é o da valorização do café, e a crescente participação do Estado neste setor econômico. REIS, Elisa Pereira. *The agrarian roots of authoritarian modernization in Brazil, 1880-1930*. Massachusetts: PhD dissertation to MIT, 1979. Já para Sonia Mendonça, o mesmo termo é empregado como a “intensificação dos próprios conflitos de interesses econômico-corporativos, que assumem a forma de disputa política, no seio da sociedade civil.” MENDONÇA, Sonia R. de. *O ruralismo brasileiro: (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 43, nota 3. Neste trabalho nos referimos a esta última definição, por parecer-nos mais abrangente e flexível para um estudo de caso regional.

²¹ PESAVENTO, Sandra J. *República Velha Gaúcha: Charqueadas, frigoríficos, criadores*. Porto Alegre: Movimento, 1980. p.196

superação das diferenças partidárias em favor da união das classes rurais.²² Este foi um caso exemplar em que o fenômeno serviu sobretudo como elemento aglutinador.

A hipótese que queremos desenvolver aqui é a de que o *Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul* foi uma manifestação deste segundo tipo, ou seja, que ele pôde unificar agentes de origens partidárias e locais diferentes no intuito de solucionar um problema econômico concreto. Com isto, o próprio *Sindicato* tornou-se um elemento de articulação política, uma vez que as negociações para a sua efetivação serviram com um “capital” político importante para o arrefecimento das tensões entre as facções em disputa.

A idéia de criação de um sindicato único representando todos os produtores do estado venceu na reunião de 12 de junho de 1926, em Porto Alegre. O principal argumento para a necessidade de uma organização sindical era a centralização das vendas do arroz, vista como única medida imediata para sanar o desequilíbrio do mercado. A partir desta reunião, a noção de que o “sindicato” é um tipo de organização mais eficiente do que as “associações” e “uniões” tomou vulto. Gastão Englert afirmava que “*simples organizações de caráter informativo, e aconselhativo, como medidas de emergência, não tem nenhum valor prático. Somente com a mercadoria em mão faz-se o mercado e não com bons conselhos que poucos aceitam*”²³. Um dia depois, Jerônimo Teixeira de Oliveira passou a defender que a diferença entre as associações de produtores e os sindicatos era que os últimos “*gozam de certas vantagens, quando aquela nada tem a seu favor*”.²⁴ Mas em que consistia esta diferença?

Sonia Mendonça analisando o sentido da noção de sindicato na Primeira República observou que havia duas vertentes não muito bem delimitadas: o sindicalismo doutrinário e o empresarial.²⁵ O primeiro referia-se a perspectiva de defesa dos interesses coletivos frente ao individualismo tão prejudicial ao funcionamento harmônico da sociedade. Tal noção era cara ao movimento cooperativista, que na época confundia-se com o fenômeno do sindicalismo. A versão empresarial do movimento era aquela mais preocupada em buscar maneiras de regular o mercado dos artigos agrícolas. O *Sindicato Arrozeiro* parece aproximar-se mais do sindicalismo empresarial, já que propunha uma atuação em forma de cartel para resolver o problema dos preços.

Em 1925, devido a uma forte seca no Triângulo Mineiro, zona de cultivo de arroz destinado a abastecer São Paulo, a escassez do produto levou o governo federal a diminuir a

²² Id. Ibid. p.52-56.

²³ *A Federação*, Porto Alegre, 28 de junho de 1926. p.3.

²⁴ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 de junho de 1926. p.16.

²⁵ MENDONÇA, Sonia R. de. O Sindicato Rural na Primeira República: as múltiplas leituras de uma noção. *Reforma Agrária*, Campinas, v. 24, n.1, p.82-93, 1994. p.84-85.

taxação das importações do produto com o fim de regularizar o fornecimento pela compra da mercadoria no exterior.²⁶

A manutenção do protecionismo econômico era uma preocupação constante dos rizicultores gaúchos, que com isso mantinham uma parcela do mercado nacional reservada para a sua produção. Em 1914 a bancada rio-grandense na câmara federal expunha aos deputados o resultado da avaliação feita pelo agrônomo italiano Novello di Novelli sobre a cultura arrozeira no Rio Grande do Sul. Nas primeiras páginas do trabalho já ficava evidente a intenção do relatório encomendado pela Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul:

Não há dúvida que para a realização de tais empreendimentos, contribuíram principalmente as condições naturais favoráveis à cultura do arroz e a oportuna proteção das tarifas alfandegárias, que com sabedoria, o governo brasileiro, desde algum tempo, dispensa à produção do arroz nacional. (...) Consequentemente a proteção aduaneira deve subsistir até que a cultura do arroz tenha aí atingido a uma boa proporção e intensidade de produção.²⁷

O grande obstáculo do Rio Grande do Sul para a colocação do seu produto no mercado interno brasileiro era o monopólio das linhas de comércio de cabotagem. A manutenção dos impostos interestaduais também revelava o quão incipiente era a integração do mercado nacional. Assim, na verdade a escassez de arroz em 1925 não era resultante de uma sub-produção no país, mas do desequilíbrio entre as regiões de maior oferta, como o Rio Grande do Sul, os meios de transportes restritos e a especulação dos comerciantes. O Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio resumia da seguinte forma a situação:

A perturbação registrada na circulação dos nossos gêneros de consumo contribuiu também para a escassez do produto em alguns centros de consumo, dando lugar à crise no abastecimento das populações, enquanto outros centros detinham *stocks* sem saída.²⁸

O *Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul* surgiria como uma tentativa de quebra da especulação no mercado nacional quando houve a baixa nos preços em 1926. Por isso, a principal medida de defesa tomada pela agremiação seria a centralização do comércio do arroz rio-grandense, manipulando a venda em mercados diferenciados, ou seja, o nacional e o platino. A sua atuação, portanto, se daria na forma de cartel, mas no primeiro ano em que o plano de valorização foi implementado não chegou-se a controlar grande quantidade de arroz pois os preços voltaram à “normalidade” em pouco tempo.

²⁶ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Cultura do Arroz. Monografia apresentada pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas*. Rio de Janeiro: Typ. do Serv. de Inf. do Maic, 1928. p.3. (BN, I – 389, 6, 26, nº. 2)

²⁷ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Serviço de Propaganda Agrícola do delegado executivo da produção nacional. *Cultura do arroz no Rio Grande do Sul, pelo professor dr. Novello de Novelli*. Rio de Janeiro: papelaria Mendes, 1918. p.3-4. (BN, I – 342, 5, 23, n.9)

²⁸ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Cultura do Arroz. Monografia apresentada pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas*. Rio de Janeiro: Typ. do Serv. de Inf. do Maic, 1928. p.3. (BN, I – 389, 6, 26, nº. 2)

No Rio de Janeiro, alguns jornais denunciaram que o que se estava implementando no Rio Grande do Sul era um truste. Provavelmente a idéia de desviar o produto para o mercado platino para valorizar os preços no Brasil foi vista como uma barganha para a especulação comercial. Alberto Bins, presidente do *Sindicato*, manifestou-se em defesa da organização e do posicionamento do governo estadual:

Acho necessário refutar alguns telegramas, vindos do Rio de Janeiro, criticando o ato dessa Assembléia ratificando o ato do governo que concedeu a isenção de direitos sobre o arroz exportado para o estrangeiro. Dizem os jornais do Rio que esta Assembléia está protegendo monopólios. Isto é um grande engano.²⁹

Na década de 1920 com o acirramento da concorrência inter-regional, o Estado passava a ser um espaço estratégico para vencer a competição comercial. Mas que medidas o governo tomou para auxiliar o *Sindicato* e em que este contribui, de maneira inversa, para a própria formação do Estado no Rio Grande do Sul?

O governo prestou alguns auxílios importantes para os rizicultores gaúchos, como a isenção dos impostos de exportação e de taxas nos portos, assim como a classificação do arroz exportado, numa ação conjunta entre o Laboratório de Análises do Estado e o *Sindicato*. A classificação do produto e a inspeção da qualidade eram consideradas medidas importantes, já que isto facilitava as negociações e garantia um melhor preço no mercado.

O *Sindicato*, por sua conta, passou a intervir nas relações de trabalho. Já quando da sua criação, surgiram comentários entre os produtores a respeito do alto custo da mão de obra durante a fase de colheita. Muitos rizicultores defendiam que o preço era abusivo e que se deveriam buscar maneiras de rebaixar os salários dos trabalhadores rurais. No Congresso dos Arrozeiros, ao ser questionado sobre a questão, Alberto Bins, respondeu que

de fato, é uma questão importante, na tendo dela tratado o Congresso dos Arrozeiros, para que os operários pensassem que ele se reunira para diminuir-lhes os salários. É partidário da uniformização dos salários, mas entende que as Comissões Regionais podem perfeitamente tratar do assunto, fazendo acabar com a costumada concorrência entre plantadores, na ocasião de cada um deles obterem trabalhadores para as lavouras.³⁰

Não foi possível constatar se houveram medidas gerais neste sentido, mas em 1927, a Comissão Regional de Porto Alegre estabeleceu de fato, através de acordo, o salário máximo que os proprietários deveriam pagar aos trabalhadores.³¹

²⁹ *Anais da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, 1926*. Porto Alegre: Off. Gráf. d'A Federação, 1927. p.46. (Biblioteca do Solar dos Câmara do Rio Grande do Sul)

³⁰ *A Federação*, Porto Alegre, 29 de junho de 1926. p.4. (Biblioteca do Solar dos Câmara do Rio Grande do Sul)

³¹ IRGA. Atas, relatórios de reuniões e documentos avulsos. *Termo de honra*. 09/03/1927.

Para entender a contribuição do *Sindicato Arrozeiro* para o incremento do poder público no Rio Grande do Sul, é preciso ter claro a noção de Estado que está norteando a análise. Como já referido, no contexto rio-grandense em questão o Estado tendia a confundir-se com a figura do governador, já que a centralização política era acentuada. De fato, podemos propor sem muitas dificuldades que o Estado estava organizado com base em alguns princípios já mencionados, como o reforço do poder executivo, a restrição das atribuições da Assembléia dos Representantes, a força coercitiva da Brigada Militar e a sobreposição entre cargos no governo e no partido situacionista. Todos estes aspectos dizem respeito à organização estatal rio-grandense no período. Mais do que uma simples forma de governo, o esquema que podemos denominar de “castilhistaborgista” foi uma configuração duradoura e institucionalizada no Rio Grande do Sul. Mas para além da máquina pública em sentido estrito, havia uma série de espaços que compunham uma sociedade civil relativamente ampla. O *Sindicato Arrozeiro* passou a integrar este leque de aparelhos e, talvez o mais importante, tornou-se um modelo de determinada forma de organização dos grupos agrários na segunda metade da década de 1920.

O trabalho de Joan Bak, intitulado *Some antecedents of corporatism: state economic intervention and rural organization in Brazil. The case of Rio Grande do Sul, 1890 – 1937* é bastante sugestivo para pensarmos sobre o problema levantado. Para a autora, a gênese do corporativismo localiza-se temporalmente na Primeira República, sendo identificado com o abandono das diretrizes do *laissez-faire* tanto pelos grupos agrários quanto pelos homens de Estado. O sindicalismo forneceria a estrutura capaz de superar as deficiências econômicas e a posição dependente da economia gaúcha.

Os sindicatos e cooperativas agrícolas anteriores aos anos da I Guerra Mundial foram sucedidos pela mais intensa organização nos anos 20 com a ascensão de novos grupos sócio-econômicos. Esta tendência culminou, no Rio Grande do Sul, com o governo de Getúlio Vargas. Nos últimos três anos antes da Revolução de 1930, Vargas e o seu Secretário do Interior, Osvaldo Aranha, organizaram os maiores grupos econômicos da região dentro de um sistema de cartéis dirigidos pelo governo e cooperativas na maior campanha de reestruturação da economia regional de exportação nas linhas corporativistas.³²

Realmente constata-se que a década de 1920 é uma fase de intensificação da tendência à agremiação no Rio Grande do Sul. Pode ser exagerado pensar, no entanto, que esta fosse uma característica particular do estado sulino, uma vez que o movimento ruralista pregava nacionalmente o associativismo como uma estratégia de pressão e institucionalização de suas

³² BAK, Joan. *Op. Cit.* p.8. (Tradução minha).
Texto discutido em 27/09/2008

diretrizes para o mundo agrário.³³ Mas sem dúvida a “crise da década de 1920” tem um papel importante nesta retomada do sindicalismo rural.

Outra observação relevante é que tomamos a noção de estado nos marcos de uma análise regional. Vários trabalhos têm estudado a construção contínua do Estado sob o domínio oligárquico.³⁴ Neste sentido, cabe salientar que alguns indícios apontam para um fenômeno curioso de oscilação no processo de centralização do poder estatal no Brasil. Boris Fausto percebeu, por exemplo, que o último plano de valorização do café, diferentemente das iniciativas ocorridas após 1906, foi uma ação eminentemente regional, liderada por São Paulo, o que reforçava seu poder de intervenção na economia.³⁵ De forma similar, estudando a economia paulista, Joseph Love também verificou com certo espanto a tendência à crescente descentralização fiscal na fase final da Primeira República, relativizando as considerações que apontam o incremento do papel da esfera federal na gestão do Estado.³⁶ Se esses indícios forem realmente factíveis, uma das possibilidades que a multiplicação de associações de classe no Rio Grande do Sul pode estar apontando é exatamente um reforço do Estado em âmbito regional como um elemento estratégico nas disputas inter-oligárquicas. Talvez a tentativa de ruptura da dependência comercial feita pelos arroseiros possa ser um elemento deste fenômeno.

Pensar a cronologia dos eventos pode ser interessante. Em 1926 era criado o *Sindicato Arrozeiro*. Neste mesmo ano começavam as discussões e a mobilização dos pecuaristas que desembocaria na re-fundação da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul (FARSUL), em 1927. O Sindicato dos viticultores veio logo a seguir sendo seguido em 1928 pelo Sindicato dos produtores de banha e dos charqueadores. No mesmo ano, já sob o governo de Getúlio Vargas, surgia o Banco do Rio Grande do Sul no intuito de financiar a produção local.

A cronologia dos fatos e a repercussão da criação do *Sindicato Arrozeiro* indicam que ele foi tomado como um modelo para a organização dos demais setores econômicos. Assim, Vargas, logo ao assumir o governo estadual em 1928 percebeu a importância deste tipo de agremiação, defendendo que

³³ MENDONÇA, Sonia R. de. *O ruralismo brasileiro: (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

³⁴ REIS, Elisa P. *Op. Cit.*; TOPIK, Steven. *A presença do Estado na economia política do Brasil: de 1889 a 1930*. Rio de Janeiro: Record, 1987; MENDONÇA, Sonia R. de. *O ruralismo brasileiro: (1888-1931)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

³⁵ FAUSTO, Boris. FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. IN: _____. *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Tomo III, v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 193-248, 2000. p.238-240. É interessante também refletir sobre as conseqüências do fortalecimento dos estados para o caráter regional que a Revolução de 1930 teve. Talvez seja um bom ponto de partida a obra FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 10ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

³⁶ LOVE, Joseph. Autonomia e independência. São Paulo e a federação brasileira, 1889-1937. IN: FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Tomo III, v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, pp. 53-75, 2000. p.73.

A mais eficiente dessas organizações é a que assume a forma de sindicatos. Organizados para a defesa dos interesses comuns têm uma dupla vantagem: para os associados, a união torna-os mais fortes: para os governos, o trato direto com os dirigentes da classe facilita, pelo entendimento com poucos, a satisfação do interesse de muitos. (...) Os excelentes resultados da defesa do café, valorizando a sua produção no mercado mundial e do sindicato dos arrozeiros, no nosso Estado, estimularam a formação do sindicato dos charqueadores, estando já em vias de formação o dos produtores de banha e dos vinhateiros.³⁷

Mas cabe lembrar que não foi Getúlio que concebeu o sindicalismo agrário, ele apenas aprofundou uma tendência já existente naquele contexto.

Alguns historiadores que analisam o governo Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul tendem a identificar as mudanças ocorridas com a figura do futuro líder do Estado Novo. Assim acabam fazendo Joan Bak e Pedro Dutra Fonseca,³⁸ supervalorizando a liderança do novo governador, que não teria tantos compromissos com o dogmatismo positivista quanto o seu antecessor. A partir daí, tanto a sindicalização dos criadores, produtores de banha, viticultores, quanto a criação do Banco do Rio Grande do Sul têm sido atribuídas a uma iniciativa praticamente pessoal do governador. Mas, pelo contrário, acreditamos que algumas modificações importantes no tipo de medida econômica tomada foram impulsionadas justamente pelas organizações de classe formadas no período.

Os proprietários rurais há muito reivindicavam a criação de um banco de crédito para o financiamento da produção agro-pastoril. No *Sindicato Arrozeiro* esta reivindicação também estava explícita, sendo incluído no estatuto da entidade que seus participantes deveriam “envidar, finalmente, todos os esforços para organizar, auxiliar e amparar a fundação de um banco de crédito real e agrícola no nosso Estado”.³⁹ Esta reivindicação tem estreita relação com o diagnóstico da crise da rizicultura, fundamentalmente identificada como tendo um caráter comercial e financeiro, devido à concorrência de outros estados e à escassez de crédito aos produtores do sul.

Alberto Bins, enquanto presidente do *Sindicato* e da Associação Comercial de Porto Alegre, iria se colocar à frente das discussões com as instituições bancárias nacionais e estrangeiras para discutir a crise econômica e buscar apoio para a lavoura. Em reunião para discutir a questão, depois que Borges de Medeiros expôs o problema da rizicultura aos presentes, “Os diretores dos bancos, depois de ouvirem S. Exa., responderam que no limite das possibilidades, tudo envidariam em auxílio à lavoura rizícola”.⁴⁰

³⁷ *Parlamentares gaúchos. Getúlio Vargas. Discursos (1903-1929)*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1997. p. 515-16

³⁸ FONSECA, Pedro C. Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

³⁹ IRGA. Coletânea de Regulamentos do Sindicato Arrozeiro. *Estatutos do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul fundado em 12 de junho de 1926*.

⁴⁰ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 14 de julho de 1926. p.10.

Portanto, não podemos considerar a fundação de um banco estadual como fruto da vontade de um só homem. Os instrumentos utilizados pela máquina pública para a intervenção econômica não foram necessariamente constituídos por ela, mas por órgãos aparelhados da sociedade civil. A noção de Estado Ampliado ajuda a entender este fenômeno, que não é passível de redução ao simples antagonismo entre a Sociedade Civil e uma elite posta acima dos interesses sociais. A demanda por crédito e por auxílio financeiro e sua institucionalização como reivindicação do *Sindicato Arrozeiro* e outras agremiações foram os primeiros motivadores da instauração do Banco Rio-grandense em 1929.

3. O *Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul*: lavradores, engenhos e tensões regionais

A separação entre a produção, por um lado, e o beneficiamento e comércio do arroz, por outro, deve ter sido um determinante para a maneira como o setor atuou frente às flutuações do mercado. O *Sindicato Arrozeiro* está estreitamente ligado à emergência de um grupo de pessoas que passou a intermediar as transações a partir da propriedade dos engenhos de descascamento e beneficiamento. Podemos defini-los como uma nova fração de classe, diferente daqueles que eram apenas lavradores.

O aparecimento dos engenhos de arroz é um fenômeno do início do século XX, identificando-se com as mudanças econômicas ocorridas na Primeira República. Em 1916, João Dunshee de Abranches, deputado maranhense, recordava-se da luta em defesa da produção agrícola nacional e em prol da proteção tarifária. O deputado lembrava que em 1898

houve quem apresentasse à Câmara Federal um projeto capcioso, que chegou a merecer voto unânime favorável da Comissão de Finanças, sempre tão escrupulosa e ríspida em os seus pareceres. Por essa proposta de lei, concedia-se a determinado cidadão o monopólio por 15 anos da importação do arroz em casca, pagando ele apenas a miserável taxa de 10 réis por kilograma, em recompensa da promessa de instituir uns famosos engenhos centrais em diferentes pontos do país e ficar obrigado (repare-se bem no *ônus pesadíssimo* que se impunha mais em troca de tão grandes favores), a distribuir as sementes, que lhe reclamassem os lavradores!⁴¹

No final do século XIX, com raras exceções, não havia engenhos de proprietários locais nos estados brasileiros. A idéia de instalação de engenhos centrais monopolizados por um só agente não vingou, mas as unidades de produção estaduais iriam revelar um alto grau de inserção do capital na produção agrícola nacional e controle do comércio do arroz.

⁴¹ ABRANCHES, João Dunshee de. *A cultura do arroz e o protecionismo agrícola. Memória ao Congresso dos Lavradores de arroz reunido em São Paulo a 25 de março de 1916*. São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild & cia., 1916. p.9. (BN, I – 205, 5, 7, n.4)

Em 1928, o Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas do Ministério da Agricultura afirmava que no Rio Grande do Sul:

O beneficiamento do arroz é feito geralmente por grandes engenhos, sendo alguns de propriedade dos produtores de arroz e outros de firmas particulares, que exploram esse ramo de negócio, localizando os seus engenhos nos centros produtores. Há grande número de empresas de média produção que não possuem engenhos de beneficiamento de arroz, vendendo esse cereal em casca, o que é muito comum, ou pagam o beneficiamento em máquinas, para depois venderem o produto.⁴²

Podemos supor que foi a partir da existência dos engenhos que a opção sindical tornou-se uma saída viável para os rizicultores. Manoel Luis Osório, um engenheiro civil e futuro diretor do Liceu de Agronomia e Veterinária de Pelotas, já percebia esta nova possibilidade. Em 1908, ele mencionava a importância comercial dos engenhos de arroz para a regulação do comércio. Osório afirmava, numa monografia que trata do assunto, que para diminuir a pressão dos intermediários, atenuar os prejuízos em momentos de crise e tipificar o produto, a saída associativa era a mais recomendada:

Três meios diversos alcançam esse objetivo, uns mais aceitáveis que outros, segundo interesses de ocasião. Considerando, porém, em absoluto, é mais conveniente a forma sindical, no Brasil regulada por lei que lhe concede vantagens. O capital é constituído por meio de contribuições fixas e o produto beneficiado em separado para não prejudicar-se em qualidade, e vendido, sendo os lucros líquidos respectivamente entregues aos proprietários.⁴³

Portanto, a idéia de sindicalizar os arroseiros não era uma novidade em 1926. O caráter comercial da agremiação também era explícito, conseqüência da concentração e controle do produto pelos donos de engenho.

Da observação de algumas discussões postas no momento da criação do órgão de defesa dos arroseiros podemos depreender certas características importantes quanto à composição dos agentes do setor.

Em notícias veiculadas pelos principais jornais da capital do estado, especialmente a partir de entrevistas com rizicultores, podemos perceber a flexibilidade das formas de organização propostas.

Em 5 de maio de 1926 foi veiculada pelo *Correio do Povo* uma notícia relatando o encontro de produtores ocorrido no município de Rio Pardo:

⁴² Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Cultura do Arroz. Monografia apresentada pelo Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas*. Rio de Janeiro: Typ. do Serv. de Inf. do Maic, 1928. p.34. (BN, I – 389, 6, 26, nº. 2)

⁴³ OSÓRIO, Manoel Luis. *Arroz. Monografia apresentada ao 1º Congresso Agrícola do Rio Grande do Sul, reunido na cidade de Pelotas, em 12 de outubro de 1908*. Pelotas: Off. De Obras do Diário Popular, 1908. (BN, III – 331, 5, 10 n.5).

Realizou-se hoje uma reunião de plantadores de arroz deste município, na residência do dr. Jerônimo Teixeira Oliveira, afim de tratar dos interesses da classe, comparecendo grande número de plantadores e representantes. Presidiu a sessão o dr. Jerônimo Teixeira, que disse ser o principal fim da reunião o nomear um representante para comparecer à reunião de plantadores de arroz, que se deve realizar nessa capital ou em Cachoeira, afim de levar-lhes a sua solidariedade. Foi unanimemente escolhido o dr. Jerônimo Teixeira, que embarcará sábado para Cachoeira.

Após o regresso realizar-se-á uma nova reunião, na qual se tratará da fundação definitiva de uma associação de plantadores de arroz, neste município, para a defesa dos interesses da classe.⁴⁴

No período em que é divulgada esta notícia acorriam reuniões em diversos municípios para discutir uma solução para a crise do arroz. Havia ainda uma indefinição a respeito da liderança regional do setor, uma vez que iniciativas mais ou menos independentes eram tomadas para solucionar a questão nas principais zonas produtoras, como Pelotas, Porto Alegre, Rio Pardo e Cachoeira. A questão da hierarquização regional da agremiação é importante, pois o desenrolar dos eventos revelaria a primazia de Porto Alegre sobre as outras zonas produtoras, o que repercutia também na projeção de alguns agentes envolvidos nas discussões. Assim, o *Sindicato Arrozeiro* não deixaria de espelhar as tensões relativas à formação regional gaúcha, e as frações diferenciadas que compunham o setor.

Nota-se, também, que ainda não é pautada uma forma de organização sindical dos arrozeiros, mas faz-se referência à constituição de uma “associação de produtores”. Alguns dias depois, o mesmo jornal iria fazer referência a fundação de “Sindicatos Municipais” e um plantador de arroz mencionaria o “Instituto de Defesa” dos arrozeiros. Como veremos, a percepção destas pequenas diferenças não é um simples preciosismo de nomenclatura, mas vincula-se à disputas quanto ao grau de centralização que a nova agremiação teria.

O movimento pela defesa da rizicultura gaúcha tomou corpo no mês de junho de 1926. Em Pelotas, Luis Simões Lopes, representante do Ministro da Agricultura, em nome daquele órgão começou a fazer um levantamento da situação e um cadastro geral dos rizicultores do estado. Os plantadores e comerciantes reuniram-se em Porto Alegre para declarar fundado o *Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul*.

O aprofundamento do domínio dos engenhos sobre a produção não iria passar despercebido durante a crise. Assim, quando Gastão Englert, representante de uma importante firma de exportação de Porto Alegre, propôs ser o comissário geral do *Sindicato Arrozeiro*, encontrou oposição de alguns produtores, que se manifestaram através das “relações que grande parte dos plantadores encaminhou e não me permitem dispor livremente de seu produto”⁴⁵, conforme suas palavras. Uma das soluções encontradas para resolver o problema foi a divisão do

⁴⁴ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 5 de junho de 1926. p.2

⁴⁵ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 13 de junho de 1926. p.16.

Sindicato em Comissões Regionais, cedendo o controle dos estoques a representantes locais. Esta foi uma alternativa pensada para unificar os beneficiadores de cada município num projeto comum, diminuindo as suas divergências localistas e agindo em conjunto na concentração dos estoques em detrimento dos lavradores.

A atuação do presidente do *Sindicato*, Alberto Bins, foi crucial neste sentido. Depois da reunião de fundação e do Congresso dos Rizicultores, Bins e Gastão Englert viajaram pelo interior do estado com o objetivo de auxiliar as Comissões Regionais a implementar as medidas estabelecidas pela instituição. Ambos estiveram nos municípios de Pelotas, São Gabriel, Cacequi, Cachoeira e Rio Pardo, negociando com as lideranças locais os termos para a entrada na agremiação. Em Pelotas, um fato interessante revela o tipo de concessão provável para a adesão ao plano:

Resolveu-se fazer a centralização [do comércio do arroz], por unanimidade, tendo o Sr. Gastão Englert, como representante da firma Bier & Ullamnn, comissária geral do sindicato para fazer a centralização, alegado querer que os pelotenses fossem amparados por uma firma local e não por outra de Porto Alegre e mesmo demonstrando o seu grande desinteresse, declarado abrir mão do seu direito de comissário, entregando essa função à firma Pedro Osório, colocando também à disposição do mesmo o numerário necessário à centralização.⁴⁶

Não temos notícia de outro caso similar a este, mas talvez as fontes municipais pudessem indicar se a atitude foi recorrente ou excepcional. É certo, porém, que os agentes de Porto Alegre teriam que ponderar os custos de uma centralização comercial excessiva, valendo o mesmo para as decisões do plano valorizador, em razão do perigo de acentuar as clivagens presentes no contexto do Rio Grande do Sul pós Revolução de 1923.

Os municípios que se envolveram com o cultivo do arroz tinham características diferentes. Em geral, a localização geográfica da rizicultura é dada pela delimitação daquilo que se convencionou chamar de Litoral, ou seja, a faixa de terra mais próxima da costa do continente e da Lagoa dos Patos. Considero insuficiente esta definição.

Se tomarmos como exemplo três municípios produtores veremos o quanto a definição de Litoral tende a ser imprecisa e pouco explicativa. Em 1927, Pelotas, Cachoeira do Sul e Porto Alegre produziram juntos aproximadamente 65% de todo o arroz do estado.⁴⁷ Do ponto de vista dos agentes econômicos, no entanto, o produto desempenha um papel diferente em cada um desses municípios.

Em Pelotas o arroz surgiu como uma alternativa importante à crise da economia charqueadora. Deste processo é ilustrativo o fato de que o maior rizicultor do estado, Pedro Luis

⁴⁶ *A Cultura do Arroz no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sindicato Arrozeiro, 1935. p.14

⁴⁷ *Op. Cit.* p.154.

da Rocha Osório, fosse também o mais importante charqueador de Pelotas no mesmo período. Osório tinha diversas sociedades com outros produtores da região, e era proprietário do principal engenho de descascamento de arroz de Pelotas, o Engenho do Cascalho. A sua inserção na atividade arroseira é exemplar do deslocamento do eixo da charqueada para outros ramos mais lucrativos. Pedro Osório tem especial importância para a compreensão do papel da rizicultura no Rio Grande do Sul por ter uma inserção social e política importante nos grupos mais tradicionais do estado.

Do ponto de vista da economia municipal de Pelotas, pois, a atividade predominante ainda era a criação de gado e a charqueada, mas o arroz estava se tornando uma alternativa a esses ramos.

Em Porto Alegre, algumas fontes indicam que a rizicultura era uma atividade de conversão agrária que uma burguesia enriquecida pelo comércio havia encontrado para diversificar seus investimentos e inserir-se no universo rural. O caso exemplar desta tendência é Alberto Bins, importante industrialista e comerciante da capital, que passou a plantar arroz na sua fazenda modelo, a Granja Progresso. Bins aplicava as técnicas mais modernas de cultivo e utilizava maquinário importado dos Estados Unidos. Para a economia de Porto Alegre, a rizicultura aparecia como complementar à produção manufatureira e à atividade comercial comum da região.

Em Cachoeira, diferentemente, o cultivo do arroz era o ramo mais dinâmico e importante para a economia local. De maneira similar a Porto Alegre, muitos empresários investiram no arroz como forma de diversificação econômica. Também como na capital, um setor importante de comerciantes de origem alemã voltou-se para a rizicultura, arrendando terras na região e construindo engenhos de descasque. Jorge Franke, por exemplo, era um desses teuto-brasileiros que se voltou para o meio rural. Ele produzia arroz em Cachoeira, mas residia em Porto Alegre, mantendo seus laços comerciais na capital. Também importantes setores tradicionais estavam investindo no setor, como Isidoro Neves da Fontoura, liderança política local, que era proprietário do Engenho Central, o maior do município.

A composição variada do setor arroseiro agiu como um fator contraditório para o acordo interno sobre os caminhos a tomar para a solução da crise comercial. Por um lado, como já foi indicado, o cultivo do arroz foi uma importante alternativa à depreciação do preço do charque bem como um ramo de diversificação para agentes ligados ao comércio de importação e exportação. Como defende Raymond Pebayle

Este começo reveste-se de certo valor simbólico, pois foram exatamente os descendentes de colonos que lançaram a cultura do arroz irrigado nos campos do Rio

Grande do Sul. Os criadores seguem o exemplo deles, ou a eles se associam. Com efeito, como as várzeas eram de fracas pastagens, inutilizáveis no inverno devido à grande umidade, os fazendeiros aceitaram facilmente a sua entrega ao cultivo. A experiência mostrou uma outra vantagem, à qual esses verdadeiros gaúchos não puderam ficar insensíveis: as palhas dos arrozais transformavam-se rapidamente em boas pastagens de inverno para os animais magros.⁴⁸

Uma das vantagens da rizicultura era a possibilidade de adaptar as plantações ao regime de grande propriedade característico da zona da Campanha. Também, como indicado por Pebayle, as plantações de arroz não subtrairiam necessariamente as áreas voltadas para a pecuária.

O problema do transporte e o acesso aos mercados, no entanto, era um fator de discórdia entre aqueles lavradores assentados próximo ao Litoral e os demais que se localizavam no interior.

Um rizicultor entrevistado pelo jornal porto-alegrense *Correio do Povo*, que não quis ser identificado e não participava do *sindicato*, enfatizava que

Quanto a prejuízos, os mais atingidos serão os plantadores mais distantes da capital, por terem de fazer maiores despesas em remeter o seu artigo ao mercado daqui. Os que estão nos arredores de Porto Alegre, obrigados a menores despesas terão, sem dúvida, menores prejuízos.⁴⁹

Infelizmente não consta na entrevista o local de origem desse indivíduo. É provável que ele seja um rizicultor da Campanha, pois era aquela região a que mais sofria com as deficiências de inserção do produto no mercado e o alto custo dos fretes.

Outro rizicultor, Francisco de Paula Teixeira, apesar de ser proprietário em Pelotas, admitia que

os plantadores da costa da Lagoa dos Patos e Camaquã, isto é, junto do litoral, são muito beneficiados nos fretes. No geral, um iate, ou qualquer outra embarcação, transporta até Pelotas e Rio Grande, à razão de mil e quinhentos a dois mil réis o saco de arroz com casca. Não acontece, porém, o mesmo com os plantadores mais internados, dos quais o frete absorve mais de metade do capital realizado com a colheita.⁵⁰

O posicionamento de Francisco Teixeira é relevante por ser ele um membro da Aliança Libertadora, oposição política à Borges de Medeiros. É possível que esta sua inserção tenha tendido a politizar o debate econômico. Mas o que chama a atenção é que as discordâncias postas passam pela construção de uma clivagem regional, especialmente em oposição às vantagens de Porto Alegre no quadro regional. Assim, Teixeira afirmava:

⁴⁸ PEBAYLE, Raymond. *Op. Cit.* p. 583. (Tradução minha)

⁴⁹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 de junho de 1926. p.8.

⁵⁰ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 23 de maio de 1926. p.8.

eu arriscaria lembrar aos srs. agricultores, que comparecessem ao futuro congresso, um apelo ao presidente do estado, para que ele lançando mão de parte do vultoso empréstimo que a municipalidade porto alegreense acaba de contratar no estrangeiro, fosse depositada nos bancos do estado, com o fim especial de atender as necessidades da lavoura arrozeira.⁵¹

O rizicultor referia-se ao Congresso dos Arrozeiros, convocado pelo recém fundado *Sindicato*. Sua afirmação completa-se em tom dramático:

Acredito que essa seria a melhor forma de dar solução à presente crise, porque creio que esse empréstimo foi feito com o aval do inegável progresso do nosso caro Rio Grande, e para esse progresso todos cooperam, desde os fabricantes de apitos com que a nossa simpática polícia nos dá o sinal de silêncio, até aqueles que nas vastíssimas cearas do arroz que se prolongam nas planícies gaúchas fazem silvar pela manhã seus locomoveis, chamando ao trabalho nobilitante os nossos homens de campo.⁵²

É notável o esforço discursivo feito pelo produtor para relacionar a crise da lavoura e a repressão do situacionismo. Seria errôneo pensar, no entanto, que o tom da crítica de Teixeira respondia a objetivos unicamente partidários. Ao contrário, anteriormente ele mesmo reafirmava a sua confiança e convicção na atuação do Cel. Pedro Osório, chefe do PRR em Pelotas:

Nos milhões de sacos de produção da zona sul, o ilustre homem agrícola e industrial é quem maior destaque oferece.

Eu, que sou seu adversário político, reconheço-o como chefe supremo na questão do arroz, arrozeiro, como sou, em modesta escala.⁵³

Acredito que uma possibilidade de pesquisa profícua para o entendimento dessas tensões seja a análise de jornais de diversos municípios, buscando entrevistas similares a essas encontradas nos folhetins de Porto Alegre, para comparar o discurso veiculado em cada caso. Contudo, não foi possível fazer isso neste trabalho.

A perspectiva de enquadrar a produção arrozeira na zona denominada Litoral tende a deixar em segundo plano as especificidades municipais e a composição variada das frações que se envolveram na lavoura orizícola. Também alguns municípios da Campanha que produziam o artigo, como São Gabriel, Cacequi e Bagé, são desconsiderados, por não se encaixarem nesta divisão. Com esta perspectiva perde-se o processo de expansão da lavoura arrozeira pelo território da Campanha, que tem um significado qualitativo importante uma vez que este é tida como o espaço por excelência da pecuária.

Verifica-se, portanto, disputas em dois planos diferentes quando se definiu pela associação setorial dos arrozeiros: um primeiro refere-se à luta entre duas frações com interesses econômicos contraditórios, os lavradores e os proprietários de engenhos. Estes últimos acabaram

⁵¹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 de junho de 1926. p.6.

⁵² *Idem*.

⁵³ *Idem*.

por sobrepor-se aos lavradores, pois controlavam tanto o preço do produto quanto o fornecimento de crédito para a melhoria dos cultivos e conseguiram elaborar um projeto comum. O *Sindicato Arrozeiro* seria a demonstração da pujança econômica e política dos proprietários de engenho no Rio Grande do Sul.

O segundo plano era a busca da liderança setorial que os representantes de cada município tentavam afirmar. Creio que esta tensão tendia a reforçar algumas clivagens já tradicionais na formação rio-grandense, como a noção corrente de que o governo republicano abandonara a Campanha em favorecimento ao eixo setentrional do estado, sintetizado pela proeminência de Porto Alegre nas políticas públicas implementadas.

O *Sindicato Arrozeiro*, portanto, ao politizar a economia, pôde também ser um campo de solução para tensões de origens partidárias e regionais no Rio Grande do Sul.